



O bem contra o mal: a imagem do exilado argentino na grande imprensa no início da democracia

BALBINO, Ana Carolina.

Universidade Estadual de Campinas

carol.andreuzzi@gmail.com

Autorização de publicação: sim

Introdução

Em 1976 a Argentina viu o início de um tempo de pesadelo em sua história. A entrada dos militares no poder¹ significou a ampliação da violência que já vinha sendo utilizada pelo Estado no governo de Isabel de Perón² e, para muitos argentinos, consolidou o exílio como única forma de livrar-se das garras da repressão³.

No exterior, a grande massa de desterrados do país do Cone Sul canalizou a dor da perda da pátria natal para a denúncia das violações de direitos humanos que vinham

¹ O governo de María Estela Martínez de Perón, terceira esposa e sucessora política do maior líder do Justicialismo, vivia um intenso descalabro econômico, uma crise institucional e uma enorme violência política em 1976. Prometendo acabar com o desgoverno, a corrupção e o flagelo subversivo, as Forças Armadas derrubaram a presidente, instalando o sexto governo militar da história argentina. Contaram com grande apoio popular e das principais instituições do país, como a Igreja Católica e a grande mídia, receosos de que a esquerda pudesse efetivamente crescer no país.

Organizando-se a partir de Juntas Militares, compostas por representantes das três armas, a ditadura inaugurou a metodologia das “desaparições” na Argentina, vista como único caminho para a libertação do país da “subversão”.

Para mais informações sobre a ditadura, ver: NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do golpe de estado à restauração democrática*. SP: EdUSP, 2007.

² Durante o governo de Isabelita Perón, a Argentina sofreu com as ações dos grupos guerrilheiros de esquerda – Montoneros e ERP – que foram combatidos pela Triple A, organização paramilitar que contava com apoio financeiro e tático do governo. Com comando do Ministro do Bem-Estar Social, José López Rega, a organização de extrema direita colaborou intensamente na escalada de violência que se viveu no país entre 1975-1976, sendo responsável por ameaças, assassinatos e desaparecimentos.

Para mais informações, ver: SERVETTO, Alicia. “Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista)” in *Antíteses*, Ahead of Print do vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008.

³ A repressão instalada na Argentina a partir de 1976 não tinha como alvo apenas os membros de grupos guerrilheiros, mas todos aqueles considerados como responsáveis pelo aumento da subversão no país.

“(…) Entendia-se, então, que, para combater eficazmente a subversão, havia que atacá-la especialmente em sua causa primeira, o ‘vírus ideológico’ que era disseminado pelos marxistas, os comunistas ou criptocomunistas, os esquerdistas, os revolucionários em geral. Ainda que também os católicos terceiro-mundistas, os freudianos, os ateus e, em medida considerável, os peronistas, os liberais e os judeus representassem uma ameaça à ordem, uma vez que difundiam ideias contrárias à sua preservação, pelo que também se devia persegui-los. (...)” – NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. Op. Cit. Pp. 115-116

sendo sistematicamente cometidas pelos militares de seu país, tornando-se assim uma grande pedra no caminho dos mandatários argentinos.

Para os militares era preciso combater as denúncias perpetradas pelos exilados, impedindo que a imagem das Forças Armadas fosse maculada perante a sociedade argentina, além de lutar para que não houvesse condenações internacionais ao regime e suas metodologias. Dessa forma, desde o início, os desterrados tornaram-se alvo de denúncias fomentadas pelas Juntas: tratavam-se de “guerrilheiros fugidos” que, derrotados internamente, buscaram refúgio no exterior de onde iniciaram uma “campanha antiargentina”.

A grande mídia do país, seja por apoio ou por medo⁴, acabou por amplificar essa imagem, tornando-a massiva e fazendo-a conhecida de todas as esferas da sociedade. Lutando contra o regime, os exilados não encontraram na população o amplo apoio que esperavam, tendo de conviver com a mácula de antiargentinos.

Tal situação pareceu modificar-se em 1982. A derrota na Guerra das Malvinas significou o enfraquecimento do regime, que passou a conviver com uma ampla oposição interna. As violações de direitos, exaustivamente denunciadas do exterior, ganharam repercussão, gerando repúdio e a perda de sustentação dos militares. A democracia começava a ser vislumbrada num horizonte próximo.

Em dezembro de 1983 assumiu o poder o primeiro presidente civil após sete anos de regime militar. Raúl Alfonsín era a esperança de um novo tempo, de paz e justiça para o país. Correspondendo as promessas de campanha e buscando atender as demandas de “justiça, verdade e memória” que se instalaram na sociedade através da ação de organizações de direitos humanos e de familiares de vítimas, o novo governante

⁴ Diferentemente de outros regimes de exceção, o governo argentino não criou um escritório de censura centralizado. Nos primeiros meses após o golpe foi organizado, na Casa Rosa, o chamado Serviço de Leitura Prévia, responsável pela fiscalização das publicações escritas. Todavia, a grande maioria das disposições e procedimentos que deveriam ser adotados pelos meios de comunicações era enviada às redações diretamente pela Secretaria de Imprensa e Difusão. Contudo, para o controle da mídia, a repressão foi fundamental. O sequestro, tortura e desaparecimentos de jornalistas e editores, além da apreensão de edições e fechamento de determinadas publicações mostraram aos participantes do mundo das mídias quais as atitudes toleráveis pelo governo ditatorial.

Para mais informações, ver: VARELA, Mirta. “Los medios de comunicación durante la dictadura: entre la banalidad y la censura” in *Camouflage Comics. Censorship, Comics, Culture and the Arts*; ULANOVSKY, Carlos. *Paren las rotatitas. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2ª edição, 2011; FRANCO, Marina. “La “campana antiargentina”: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”. in Babot, Judith Casali de y Grillo, María Victoria (eds.) *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*, Argentina, Universidad de Tucumán, 2002.

tomou como uma de suas primeiras medidas o indício criminal dos chefes das Juntas que haviam governado o país nos anos de chumbo.

Se o Julgamento das Juntas era um passo ousado e parecia representar uma mudança drástica no pensamento argentino, para os exilados a situação não teve o desenrolar esperado. Apoiando-se na Teoria dos Dois Demônios⁵, já em voga no país há algum tempo, o presidente também decretou o julgamento dos líderes das principais organizações guerrilheiras do país⁶. Como a grande maioria desses encontrava-se no exterior, a associação entre exilado e terrorista criada pela ditadura não se desfez com a democracia. A Teoria dos Dois Demônios continuava a macular a imagem do exílio argentino.

Essa associação, tão amplificada durante os anos de chumbo, continuou a ganhar reverberações na imprensa do país. Indicando que a população deveria manter-se atenta quanto àqueles que retornavam, a mídia falava em exilados bons e ruins, e exigia comprovações de inocência daqueles que pretendiam voltar a viver em solo nacional; além de diminuir o sofrimento causado pela perda da pátria de forma abrupta.

A partir da análise das notícias publicadas pela grande imprensa⁷ argentina nos primeiros meses da democracia, buscamos entender a manutenção da péssima imagem

⁵ A Teoria dos Dois Demônios afirmava que tanto a direita estatal repressora quanto a esquerda militante eram responsáveis diretas pelo horror vivido na Argentina nos anos 1970. Segundo essa teoria, não havia diferença entre agentes repressores e guerrilheiros, e ambos deveriam responder pelo que havia acontecido no país.

Para entender os problemas que tal teoria representou para a instalação da memória dos anos de chumbo, ver: NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. Op. cit., pp. 648-649.

⁶ Os sete indiciados pelo decreto 157 foram: Mario Eduardo Firmenich (Montoneros), Fernando Vaca Narvaja (Montoneros), Rodolfo Gabriel Galimberti (Montoneros), Roberto Cirilo Perdia (Montoneros), Hector Pedro Pardo (Montoneros), Enrique Gorriaran Merlo (ERP) e Ricardo Obregón Cano (Montoneros), acusados de homicídio, associação ilícita, instigação pública para cometer delitos, apologia ao crime e outros atentados contra a ordem pública. De todos os indiciados, apenas Obregón Cano se encontrava na Argentina, por já ter retornado do exílio.

“En pleno clima demonizante y pese a las críticas del movimiento de DDHH que insistía en no asimilar militante popular, combatiente y ‘subversivo’ (*Reencuentro*, Mayo 1986, p. 13), exiliados como Juan Gelman denunciaban que, por una parte, el gobierno de Alfonsín imponía una ‘justicia a medias’ o de ‘chivos expiatorios’ y por el otro, propiciaba una igualación entre ‘subversivos y militares’, hecho que era más grave porque entre los ‘subversivos’ se incluía tanto a militantes armados como a personajes como Obregón Cano que aunque próximo a Montoneros y activo en el MPM formado en el destierro, cumplió un trabajo político y no militar.” – *El País*, 17/01/1984 citado em JENSEN, Silvina. “¿Por qué sigue siendo políticamente incorrecto hablar de exilio? La dificultosa inscripción del exilio en las memorias sobre el pasado reciente argentino (1983-2007)” in *Páginas: Revista digital de la escuela de historia*, Rosario: Universidad Nacional de Rosario, ano 1, nº1, 2008 p. 140.

⁷ Nossos estudos se concentram nos jornais *La Nación* e *Clarín*. Ambos da capital federal, mas com circulação em toda a Argentina, já existiam anteriormente ao golpe, mas foi após a ditadura que

do exílio no país, e sua não inclusão na memória oficial dos anos de chumbo, o que acabou levando muitos desterrados a sentirem que, mesmo podendo viver novamente na terra natal, nunca mais poderiam sentir-se verdadeiramente em casa.

Clarín e La Nación: os Montoneros e a personificação do mal

Durante os meses finais da ditadura militar, ambos os jornais da capital federal identificavam os peronistas e os “subversivos” como os exilados mais perigosos, sendo que outros grupos ganhavam poucas referências. Com a instalação da democracia, o exílio apresentado pela imprensa ganhou novos rostos.

Se os peronistas e aqueles ligados a agrupações políticas não pareciam mais representar perigo após a chegada de Alfonsín ao poder, o mesmo não se podia dizer da “subversão”. Foi em torno dessas figuras que os meios de comunicação centraram-se para falar dos exilados.

O grupo *Montoneros* e seu líder Mário Firmenich tornaram-se citações constantes nas páginas da imprensa. Para os periódicos, era preciso discutir se a democracia impunha a aceitação do retorno do líder guerrilheiro e, principalmente, se sua volta não representaria o recrudescimento da violência. Em meio a tantas questões que a redemocratização impunha, uma tinha resposta clara para a mídia: a volta dos Montoneros, especialmente de Firmenich, não traria qualquer benefício ao país.

No editorial de 07 de dezembro de 1983, o *La Nación* analisou o perigo representado pelo “*Regreso de los Montoneros*”, como intitulou o artigo:

El pueblo de la Nación Argentina siente un profundo rechazo moral hacia los hombres que hicieron del terrorismo, en sus más perversas manifestaciones, su arma favorita y que empujaron al país a uno de los más dolorosos momentos de su historia. (...)

Figuras representativas por excelencia de este fenómeno (...) ocupan su voluntad de retornar a la Argentina, amparados por el pronunciamiento popular que el 30 de octubre marcó el deseo común de los argentinos de vivir en paz y dentro del orden constitucional. Anuncian, ahora, sus convicciones en favor de este régimen, prometen no reincidir en sus propios errores y manifiestan su voluntad de reformas constitucionales para lograr sus objetivos.

La Republica tiene derecho a no creerlos. **Nada sería más saco para la suerte futura del país y de sus habitantes que su extrañamiento definitivo del territorio nacional.** (...)

Ante la misma conciencia que **no puede ni debe evitar ese sentimiento de rechazo frente al retorno anunciado**, se abre, sin embargo, un dilema crucial. Porque el pueblo argentino ha elegido el camino de la subordinación a la ley, de la libertad sin restricciones y del imperio de orden constitucional, resulta ineludible la admisión de todos los compatriotas que quieran habitar en el suelo común. Sólo la ley en la plenitud de su imperio, interpretada

conseguiram controlar o mercado editorial do país definitivamente. Considerando o domínio de ambos e a composição social de seus leitores – elite burguesa e classe média – acreditamos que as opiniões emitidas por eles foram fundamentais na manutenção da imagem ruim do exílio na Argentina democrática.

y aplicada exclusivamente por la Justicia, podrá decir luego si algunos de esos compatriotas merecen ser un hombre libre o si deberá satisfacer la pena que le corresponda por la violación de la ley. Y sólo se podrá recurrir al brazo armado del Estado para imponer la paz y el orden si la violencia es esgrimida otra vez como método para desatar el terror e imponer una ideología. (*La Nación*, 07/12/1983 – grifo meu)

Para o jornal dos Mitre, o grande problema em relação à volta dos que viviam fora do país era o retorno da “subversão”. Cabia à população deixar claro seu rechaço pelos desterrados ligados a “esquerda subversiva”, e ao governo criar os mecanismos legais para que os “maus” exilados não voltassem a representar perigo à vida nacional.

Os grupos guerrilheiros eram vistos como iniciadores da violência que atingiu o país desde o final dos anos 1960, e, portanto, a personificação do mal. Como a maior parte do contingente guerrilheiro que sobreviveu à repressão só o fez por ter-se refugiado no exterior, a imagem do guerrilheiro – especialmente a dos *Montoneros* – passou a confundir-se com a dos exilados. Tal igualdade foi enfatizada no processo contra os líderes da esquerda, já que a maioria deles encontrava-se fora da Argentina. Para parte da população, o medo da volta da guerrilha refletia-se no retorno de todos os exilados, já que não havia como diferenciar os “bons” e os “maus” nesse conjunto.

No dia 29 de dezembro, o *Clarín* publicou os comentários do general Luciano Benjamín Menéndez sobre os julgamentos iniciados por Alfonsín:

Las **únicas voces que se levantan para denunciar los excesos** cometidos durante el gobierno militar **son las de la subversión** (...) El general Menéndez consideró que **los hechos sucedidos en el país en los últimos años “habrá que juzgarlos desde ese punto de vista**, es decir, que se ha librado **una guerra en la que hubo dos bandos** y en la que se ha luchado.” (...) Cuando quien lo entrevistó telefónicamente le pidió más precisamente respecto de su pensamiento sobre los supuestos excesos y se señaló que las violaciones de los derechos humanos son denunciadas por las entidades defensoras de los mismos, Menéndez dijo que **“se está hablando de excesos cuyas únicas voces son las levantadas por los subversivos** y que se está hablando como si esto hubiera sido la persecución de inocentes opositores e un supuesto gobierno militar.” Añadió que **“se ignora que todo ese problema de la subversión y de la contrasubversión ha consistido en una guerra**, es decir que de un lado estaban los subversivos, que querían destruir el Estado nacional para convertir esto en un Estado comunista, satélite de las órbitas rojas, y por el otro, estuvimos las fuerzas legales que por dos decretos del entonces poder constitucional, actuamos en esa lucha. (...) (*Clarín*, 29/12/1983)

Apesar de podermos dizer que as palavras publicadas não foram emitidas diretamente pelo jornal, a escolha do entrevistado e a maneira como a publicação é feita, sem qualquer ressalva ou comentário, nos permite concluir que o jornal direcionou seu leitor para uma visão positiva da publicação. Menéndez insistiu na versão da “guerra

suja”, e incluiu todas as organizações de direitos humanos na categoria de “subversivos”. Se a população já tinha motivos para não acreditar na teoria dos “excessos”, a culpabilidade dos “subversivos” na iniciação e permanência da violência ganhava cada vez mais reverberações.

Dentre todos os possíveis guerrilheiros que poderiam retornar ao país, dois nomes assustavam mais: Fernando Vaca Narvaja e Mario Eduardo Firmenich. Apontados pelos militares como grandes inimigos da Nação, ambos haviam abandonado o país logo após a instalação do Terrorismo de Estado⁸, tendo consciência de que ficar na Argentina significaria a morte.

Com a abertura do processo criminal contra a esquerda, o nome de Firmenich passou a ser constantemente citado pelos jornais. Exilado no Brasil, o montonero tinha o processo de extradição⁹ acompanhado minuciosamente, enquanto se demonstrava o perigo que esse homem e seus aliados representavam para o país.

Enquanto acompanhavam o caso *Montonero*, outros grupos de exilados – não completamente identificados com a esquerda armada – ganharam pouquíssima atenção no *La Nación*, encontrando um pouco mais de espaço no *Clarín*. Tal diferença de tratamento se deveu, muito provavelmente, a total adesão do jornal dos Mitre à *Teoria dos Dois Demônios* e à identificação entre exílio e “subversão”.

Dessa forma, a entrevista de Alfonsín ao madrilenho *El País*, na qual o presidente afirmou a necessidade do retorno dos argentinos que viviam no exterior não mereceu mais que uma nota na edição de 12/12/1983 do *La Nación*. Também os problemas apontados pela ONU para que os desterrados voltassem à pátria natal apareceram apenas em poucas linhas do dia 17/12/1983. Mesmo que a notícia admitisse que o número de argentinos no exílio girasse em torno dos milhares, o *La Nación* preocupava-se em informar o seu leitor somente sobre alguns deles, os perigosos, os “subversivos”, e não sobre todos.

⁸ Entre o fim de 1976 e o início de 1977, os principais líderes montoneros deixaram a Argentina, passando a conduzir o movimento a partir do exílio.

⁹ Segundo informaram os matutinos, Firmenich e Vaca Narvaja viviam no Brasil, e sua extradição foi pedida pelo governo Alfonsín. Firmenich foi preso e posteriormente deportado. Vaca Narvaja teria fugido do endereço conhecido pelos militares, mas acabaria preso na Argentina depois de entrar clandestinamente no país.

Um dos poucos desterrados que ganhou destaque no jornal dos Mitre naquele momento sem ter ligações comprovadas com a esquerda guerrilheira – apesar de existirem denúncias – foi Jacobo Timerman. Ex-proprietário do *La Opinión*, “desaparecido” em 1977, o jornalista havia se refugiado em Israel após conseguir a liberdade. Do exterior, denunciou amplamente a violência do regime.

Com o retorno da democracia, Timerman anunciou sua volta à Argentina. Suas declarações ganharam destaques bem diferentes nos dois jornais trabalhados aqui:

El ex editor del diario La Opinión, Jacobo Timerman, quien reside actualmente en los Estados Unidos, anunció que regresará a la Argentina a fines de marzo o abril próximo para **reclamar la restitución de los bienes que le fueron confiscados**, al tiempo que formuló severas denuncias contra el ex jefe de la policía bonaerense, Ramón Camps.

[Timerman] **manifestó su intención de recuperar las instalaciones y las máquinas de La Opinión**, lícitas por el gobierno militar en una operación que calificó de ‘fraudulenta’. (*La Nación*, 24/12/1983 – grifos meus)

El ex editor del diario “La Opinión”, Jacobo Timerman, anunció que regresará a la Argentina a fines de marzo o abril próximo, para reclamar la restitución de los bienes que fueron confiscados, entre ellos el diario, al tiempo que denunció que ex el jefe de la policía bonaerense Ramón Camps, (...) **acusó a Camps de ser el responsable por el secuestro y asesinato de los periodistas Rafael Perrota y Edgardo Sajón**.

(...) **afirmó que el ex jefe de la Policía bonaerense es un “asesino, lunático, paranoico, absurdo, fuera de esta época y al que toda la comunidad argentina debería condenar”**. “**Es un criminal** – añadió Timerman –, lo he comprobado en carne propia; **me torturó, me golpeó, me aplastó la cara contra la pared, se negaba a darme agua, se negada a dejarme ir al baño, me humilló, me martirizó de todas la maneras posibles.**” (...) (*Clarín*, 24/12/1983 – grifos meus)

O possível retorno do editor, cujo sequestro teve repercussão mundial¹⁰, não ganhou destaque no *La Nación* se não pelo interesse na recuperação dos bens tomados

¹⁰ A causa formal para a detenção de Timerman era sua vinculação como banqueiro David Graiver, além da afirmação de que seu jornal, o *La Opinión*, era ideologicamente “subversivo”. O editor foi preso em 15 de abril de 1977, em sua casa, durante a madrugada, juntamente com o subdiretor do jornal, Enrique Jara. Após as detenções, os jornalistas do *La Opinión* mobilizaram-se, buscando informações e pressionando o governo para que reconhecesse a prisão de ambos, fazendo-os “reaparecer”.

“(...) Según el diario, el episodio ‘conmocionó a los medios periodísticos, político y diplomáticos del país y del exterior, las agencias extranjeras despacharon desde las primeras horas de ayer extensos informes sobre los sucesos mencionados, destacando la prestigiosa personalidad de los periodistas detenidos’ (*La Opinión*, 16/4/1977).” (RUIZ, Fernando J. “El choque de los paradigmas y la muerte del diario *La Opinión* de Jacobo Timerman. Una historia que continúa” in SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo. *Voces e Silencios. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 141.

Timerman foi absolvido da acusação de vinculação com Graiver em setembro de 1977. Sua mulher e filho passaram a conduzir uma campanha internacional pela sua libertação, encontrando apoio de vários países do mundo. Em abril de 1978 o editor foi colocado em prisão domiciliar, apesar de já não haver nenhuma causa formal contra ele. Finalmente, em setembro de 1979, Timerman foi expulso da Argentina pela Junta Militar, indo diretamente para Israel, já com passaporte desse país.

pelos militares. O periódico ignorou a repressão sofrida por Timerman e as denúncias contra o chefe da polícia de Buenos Aires.

Já no *Clarín*, as declarações do ex-editor recebiam espaço pelas denúncias perpetradas, demonstrando a amplitude alcançada pelo Terror de Estado no país. No momento em que a CONADEP investigava os ocorridos nos anos de chumbo, pareceu mais importante ao jornal dos Nobles destacar a selvageria do tratamento recebido por Timerman que sua busca por uma compensação financeira. A partir de dezembro de 1983, o editor passou a ser figura constante no *Clarín*. Seus passos e declarações até o regresso foram acompanhados pelo jornal com atenção.

Se o caminho de ex-dono do *La Opinión* foi ignorado pelo *La Nación*, sua chegada em 08/01/1984 não pode passar despercebida. Em entrevista coletiva, Timerman afirmou ter possuído relações com o grupo Graiver, além de citar outros cidadãos que também o teriam tido, apesar de não haverem sido molestados pelo regime militar. Entre os apontados estavam Horácio Rodríguez Larreta, Hipólito Paz, monsenhor Antonio Plaza, José Alfredo Martínez de Hoz e Mariano Montemayor. (*La Nación*, 08/01/1984) No dia 10 de janeiro, Hipólito Paz declarou em carta publicada pelo *La Nación* que nunca teve qualquer relação financeira com David Graiver, conhecendo-o apenas devido a consultas profissionais (*La Nación*, 10/12/1983).

A declaração do exilado e seu rebatimento demonstraram que ainda era preciso aos cidadãos “de bem” manter-se longe de acusações perpetradas pelos militares. O caso Graiver, que acabava por envolver também os jornais *La Razón*, *Clarín* e *La Nación*¹¹, não tinha qualquer importância no início da democracia. Contudo, ainda era preciso aos argentinos confirmar sua completa desvinculação da “subversão”.

Nos meses seguintes, os enfoques dados pelos dois periódicos às questões relativas aos exilados continuaram com marcada diferença. No dia 18/01/1984,

¹¹ As negociações em torno da compra das ações da Papel Prensa pelos jornais *La Razón*, *Clarín* e *La Nación* foi alvo de suspeitas desde o início, e continua sob investigação até os dias de hoje. Afirma-se que o governo militar, interessado em atingir o grupo Graiver - dono das ações - devido a sua suposta ligação com os Montoneros, teria pressionado seus membros para que efetivassem a venda aos três meios de comunicação. Poucos meses após a realização do negócio, os membros do grupo econômico Graiver – parentes e sócios de David Graiver, morto num acidente – foram presos pelo aparato repressivo argentino, e todos os seus bens confiscados. A negociação da Papel Prensa foi declarada legal pelo governo militar. Para mais informações, ver: BORRELLI, Marcelo. “Una ‘batalla ganada’: Clarín y la compra de la papel prensa (1976-1978).” In SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo H. (coord). *Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011.

enquanto *Clarín* noticiava a mensagem de Alfonsín aos argentinos residentes na Espanha, convidando-os a retornarem à pátria e ajudarem na reconstrução do país (*Clarín*, 18/01/1984), o correspondente do *La Nación*, Rolando Riviére comentava as declarações do presidente lembrando à população que nem todos eram merecedores dos benefícios democráticos:

El cónsul Izaguirre dijo a este corresponsal que calcula en unos tres cientos los que han recuperado sus pasaportes desde el triunfo del radicalismo en la Argentina. El promedio continúa a un ritmo de cuatro o cinco diarios. Hay otros datos. Por ejemplo **Oscar Bidegain no pasó nunca por nuestro consulado y viajó a Brasil desde donde fue a Buenos Aires con su cédula de identidad. Como otros refugiados han obtenido las ventajas de la doble nacionalidad con España no sería raro que usaran mecanismos similares.** (...)

La esperanza renacida domina a la gran diáspora argentina en España. Lo afirman exiliados cuyo pensamiento discrepante con otros no los condujeron para asesinar como hizo un terrorismo del que quedan, desgraciadamente, herederos tan irracionales como su matriz. **Son los menos y, esto es fundamental.** (*La Nación*, 18/01/1984 – grifos meus)

O exemplo de Bidegain¹² foi citado por Riviére como um alerta de que nem todos os retornados passavam pelo “controle” exercido pelos consulados, possibilitando, dessa forma, que pessoas com processos judiciais não prestassem conta de seus atos. Na reportagem, o correspondente mostrava que os “subversivos” encontravam caminhos para andar livremente pelas ruas. Era necessário, portanto, manter-se alerta, já que não havia a certeza de que os que voltaram haviam mesmo provado sua inocência perante a lei.

No final do texto o jornalista enfatizou que os “terroristas” constituíam uma pequena quantidade do número de exilados na Espanha, mas também reafirmou o perigo representado por esses à Pátria.

As cifras de exilados apresentadas pelos periódicos nesse momento falavam em milhares de argentinos. Contudo, mesmo representando um número considerável, esses não eram vistos como atores válidos na construção da democracia. Nenhuma atitude

¹² Oscar Bidegain deixou o país em 1977, devido às ameaças sofridas por sua ligação com o partido justicialista e com a guerrilha armada. Retornou à Argentina logo após a eleição de Raúl Alfonsín juntamente com Obregón Cano, que foi preso devido a processos pendentes na justiça. A ordem de prisão contra Bidegain foi emitida em 21 de dezembro de 1983, devido a sua inclusão no processo contra os líderes *Montoneros*. Apesar disso, a prisão não foi efetivada, permitindo que o líder político partisse para o exílio novamente em 1984, onde ficaria até os indultos emitidos pelo governo Menem.

efetiva foi tomada pelo governo para facilitar¹³ o retorno de tantas pessoas. As denúncias de complicações encontradas pelos desterrados para voltar ao país natal foram feitas pelo *Clarín* em diversos momentos, mas não se constituíram em uma preocupação para o *La Nación*. O jornal dos Mitre preferia dar atenção o caso Firmenich, contra o qual o governo juntava provas para conseguir a deportação do Brasil¹⁴. Era preciso provar que a “subversão” não ficaria impune, e a causa contra o líder montonero era essencial para tal. Firmenich acabou deportado em junho de 1984 pelos crimes de documentação falsa e porte ilegal de armas.

Contudo, se Firmenich deixou de ser uma ameaça, isso não significava a libertação do país da “subversão”. Duas reportagens publicadas pelo *Clarín* em 1984 demonstravam que o líder montonero era um grande problema, mas não o único. Em reportagem de 23 de janeiro, o jornal falava na prisão de “*un presunto subversivo*” em Ezeiza¹⁵. Meses depois, mostrava que a subversão continuava viva através da “*Reportaje a un jefe montonero*”, que trazia declarações de Roberto Cirilo Perdia¹⁶.

La capacidad de movilización de los montoneros “es mucho mayor de los que la oligarquía está dispuesta a tolerar, pero mucho menor de lo que nuestro pueblo necesita para ganar”, declaró a esta agencia Roberto Cirilo Perdia, de la conducción nacional del movimiento ilegal de ese nombre en la Argentina.

Desde Panamá, afirmó que los montoneros pretenden integrarse a la acción política en su país bajo formas legales e institucionales.

¹³ O governo alfonsinista não criou nenhuma política de incentivo financeiro ou de reincorporação trabalhista para que os exilados tivessem condições favoráveis para retornar à Argentina, dificultando ainda mais a decisão de abandonar os países de acolhida, principalmente quando nestes se encontravam condições econômicas, trabalhistas e estudantis mais favoráveis que na pátria natal.

¹⁴ Segundo a legislação brasileira para a permanência e expulsão de estrangeiros do país, a extradição não seria realizada caso o acusado tivesse um filho brasileiro sob sua guarda ou que dele dependesse economicamente; e se o crime pelo qual estivesse sendo processado fosse de cunho político, entre outras exclusões. Lei nº 6.964, de 09/12/1981. Os advogados de Firmenich no Brasil buscaram demonstrar que o caso do argentino podia enquadrar-se nessas duas exclusões, afirmando que o líder montonero era processado por crimes políticos, além de enfatizar que o filho brasileiro do acusado havia acabado de nascer.

¹⁵ *José Antonio Baravalia, de 31 años, supuestamente dirigente de la organización guerrillera Montoneros, fue detenido el viernes pasado, en el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, cuando intentaba abordar al vuelo 577 de Alitalia.*

De acuerdo con fuente confiables – al respecto no se suministró información oficial – Baravalia había reingresado clandestinamente a la Argentina hace unos diez días procedente de Italia. Sobre el nombrado existe una causa abierta en el juzgado federal de la sexta nominación de la ciudad santafesina de Rosario, labrada en 1977, por tenencia de armas de guerra y explosivos.

El procedimiento de detención estuvo a cargo de personal de escuadrón Ezeiza de la Policía Aeronáutica. Luego intervinieron efectivos de la Policía Federal, que trasladaran a Baravalia hacia la ciudad de Rosario, donde el supuesto dirigente subversivo había desarrollado su actuación. (Clarín, 23/01/1983- grifos meus)

¹⁶ Perdia, também processado pelo governo alfonsinista, permaneceu no exílio, e não há nenhuma referência a pedidos de extradição sobre ele.

“Somos los principales interesados en que la democracia no sea desestabilizada porque sabemos lo que cuesta recuperarla”, dijo. (...)

Perdía admitió que los montoneros “resistieron de un modo incorrecto, con formas que no correspondían, a la agresión que padecemos por parte del terrorismo de estado de la ‘triple A’ en 1975”. (*Clarín*, 15/04/1984)

Apesar do pacifismo das declarações e do suposto arrependimento, o título da reportagem demonstrava que a população deveria ficar alerta. Mesmo com Firmenich preso, outros “guerrilheiros subversivos” continuavam a viver livres, e seu retorno à Argentina era uma ameaça real. Era de extrema necessidade manter-se atento sobre qualquer um que pudesse levantar suspeitas, principalmente aqueles que haviam vivido tantos anos fora do país, e sobre os quais tão pouco se sabia.

Mesmo com as preocupações constantes com os retornados, algumas figuras foram reabilitadas pela imprensa argentina. No dia 03/05/1984, acompanhando o processo contra Firmenich, o *La Nación* publicou as declarações de Juan Manuel Abal Medina, identificado como ex-secretário do Partido Justicialista. Ora, em junho de 1982¹⁷ o mesmo nome foi citado pelo matutino como um dos chefes da “subversão”.

Con respecto a la detención de Firmenich en Brasil afirmo que ella no posee trascendencia política para el justicialismo. Señaló que Firmenich ‘es responsable por graves sucesos políticos en la Argentina’ y sostuvo que su detención no reviste ‘excesiva trascendencia política’ en tanto sea determinada por la vías constitucionales y legales correspondientes. Aseveró que la cuestión no tiene trascendencia por cuanto Firmenich ‘se desvinculó públicamente, por su propia voluntad, del justicialismo hace mucho tiempo. (*La Nación* 03/05/1984)

A fala de Medina prova que as modificações na conjuntura política levam a alterações na identificação do inimigo. Em 1982, ao afirmar que a Argentina não tinha chances de vencer a Inglaterra nas Malvinas, o líder peronista era visto como um dos “subversivos”. Agora, com a democracia consolidando-se no poder, Medina podia dar sua opinião a respeito de Firmenich, esse sim um “verdadeiro terrorista”. A alteração do jogo político fez o jornal mudar o “inimigo externo”, sem, contudo, deixar de alertar sobre a sua existência.

O retorno de Abal Medina, anunciado em julho de 1984 pelo *Clarín* não produziu nenhuma ressalva como as feitas em torno da volta dos “montoneros subversivos”. A democracia modificou a situação, e se os exilados não eram todos perigosos, também não eram todos inocentes. Era preciso separá-los e identificá-los

¹⁷ *Declaraciones de un jefe de la subversión (La Nación, 01/06/1982)*

para que a população se assegurasse de que somente os “verdadeiramente perseguidos” voltariam ao país.

Clarín e La Nación: separando os bons e maus exilados

Se a CONADEP afirmou que os desaparecidos eram vítimas inocentes¹⁸ caídas nas mãos de um Estado repressor, o mesmo não podia ser apresentado em relação aos exilados. Os que fugiram do país sentiram-se ameaçados, sabiam que a repressão poderia recair sobre si ou sua família, logo deveriam ter motivos reais para desconfiar que fossem alvos dos militares. E, mais problemático, muitos não haviam abandonado sua militância política durante o exílio, trazendo-a de volta ao retornar ao país. O exilado, que já não era a vítima “por excelência”¹⁹, também não podia ser visto como completamente inocente.

Considerando tal situação, os periódicos foram modificando seu discurso quando comparado ao dos anos ditatoriais. Se nem todos os exilados eram “subversivos”, não se podia afirmar rapidamente sua inocência.

No editorial de 07/12/1983 do *La Nación*, já citado nesse trabalho, afirmou-se que a democracia trazia como empecilho a impossibilidade de impedir o retorno de certos desterrados que possuíam ligações com grupos da esquerda, em especial os *Montoneros*. Segundo o texto, não havia porque acreditar que antigos terroristas aceitassem as leis democráticas; e seu retorno significava um perigo à nova fase da vida argentina.

Em outra reportagem o correspondente do periódico dos Mitre, Rolando Rivière, fez um balanço do encontro do embaixador Hipólito Solari Yrigoyen com exilados argentinos em Madri, mostrando uma clara divisão entre esses:

Para tener la idea de la posición más extremista; y debe reiterarse francamente minoritaria de la excelente asamblea de ayer, habría que recurrir al talento histórico, con ‘E’ de Juan Gelman, que en la edición de hoy del diario El País, ataca sin concesiones al gobierno de Alfonsín, sugiriendo que si los militares juzgaran a sus pares, ¿por qué no se hace lo mismo con los subversivos para que juzguen a los subversivos?

¹⁸ No *Nunca Más*, a CONADEP adotou a teoria da inocência completa das vítimas do Terrorismo de Estado. Os desaparecidos foram identificados por seus dados básicos, sem qualquer exposição de filiações políticas e/ou guerrilheiras. Acreditava-se que a afirmação da inocência da vítima era necessária para gerar comoção nacional, possibilitando a culpabilização dos envolvidos na repressão.

Para mais informações, ver: CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008

¹⁹ Frente ao problema dos “desaparecidos”, o exílio era considerado um mal menor. Dessa forma, o exilado não era visto como uma “verdadeira vítima” do Estado, já que não havia sofrido a repressão “até o fim”, ou seja, havia sobrevivido.

Tales delirios no ingresan más que en **un irrelevante porcentaje de exiliados que probablemente no volverán, lo que es decididamente mucho mejor para el país. (...)** La esperanza renacida domina a la gran diáspora argentina en España. **Lo afirman exiliados cuyo pensamiento discrepante con otros no los condujeron jamás a empuñar las armas para asesinar como hizo un terrorismo del que quedan, desgraciadamente, herederos tan irracionales como su matriz.** (*La Nación*, 18/01/1984 – grifos meus)

O jornalista separa os exilados entre aqueles que tiveram – e mantinham – ligações com o terrorismo e os que não. Essa divisão deveria definir os que poderia ser aceitos na democracia, e os que o país deveria manter afastados.

Em janeiro de 1984, novo editorial do *La Nación*, intitulado “*Los exiliados*” confirmou a ideia de que o governo deveria selecionar aqueles que poderiam voltar a viver no país:

El presidente de la República ha invitado a los exiliados a regresar al país (...)
Nadie puede dejar de compartir la voluntad de que todos los hombres y mujeres nacidos en esta tierra encuentren en ella el ámbito apropiado para vivir. (...)
Se esos compatriotas están alejados porque, además, un régimen injusto los obligó a hacerlo o porque no encontraban entre nosotros seguridad o sustento, hay doble motivo para compartir a la exhortación presidencial.
Pero esos sentimientos no deben dejar de reconocer situaciones diversas. **Entre los exiliados argentinos deben distinguirse varios grupos bien diferenciados. Uno de ellos está constituido por quienes abandonaron el país en busca de mejores horizontes para su vida personal en el plano económico o cultural** y que, efectivamente, encontraron en otros ámbitos oportunidad propicia para desplegar y aprovechar sus capacidades.
(...) Nuestros compatriotas dejarán de alejarse, y otros retornarán solo cuando la tierra de origen comience a brindar perspectivas de estabilidad política y de desarrollo generalizado que permitan la realización de comprensibles y legítimas ambiciones personales.
Luego deben considerarse los numerosos exiliados que a lo largo de los últimos tres lustros dejaron las fronteras por motivos político o ideológicos. A su vez, deben distinguirse en dos grupos. El primero está constituido por los que vieron cegadas sus posibilidades de acción intelectual, docente, profesional e inclusive económica por restricciones de aquel carácter, o a raíz de sus ideas enfrentaron situaciones de inseguridad, de injusticia o de persecución, que en muchos casos se extendió a sus familiares y allegados. Cuando se haga por asegurar a éstos un regreso honorable debe ser apoyado sin retaceos de ningún tipo y aunque ello implique, excepcionalmente, la necesidad de dictar disposiciones reglamentarias singulares.
Pero hay otro grupo que si dejó el país fue simplemente porque estaba comprometido de lleno en la subversión y en el terrorismo que tantos males trajeron a la sociedad argentina. La derrota de esas bandas armadas, que desataron una represión cuenta cuyas consecuencias todavía padecemos, empujó a muchos de sus integrantes y de sus inspirados doctrinarios a un exilio que no fue sino una tabla de salvación y que en no pocas ocasiones significó generosas acogidas de sus correligionarios en el exterior o de entidades o gobiernos que les brindaron facilidades, trabajos y hasta situaciones oficiales muy bien retribuidas.
Como dijimos en su oportunidad, en un editorial intitulado ‘El regreso de los montoneros’, aunque la ley no encuentre quizá hoy la forma de impedir su regreso, no es esta la clase de exiliados que la Argentina le interesa recibir. Antes bien, su retorno será prenda de nuevas luchas y de nuevos enfrentamientos.
El Presidente dijo en la ocasión comentada: ‘En la Argentina impera la ley en su plenitud y sólo a su debido respeto estamos subordinados.’ Esos exiliados son quienes, precisamente,

terminaron por hacer que la Argentina solo imperase la fuerza. Recuperar la ‘plenitud de la ley’ ha costado mucho y la lucha por hacer permanentemente esa conquista no ha terminado. **Será necesario evitar, pues, que el afán de abrir las puertas del hogar común para quienes hacían volver al trabajo honesto, en el marco de la ley, sea aprovechado por quienes sólo desean comenzar de nuevo su batalla hecha de crímenes, secuestros, extorsiones y atentados de toda índole.** El régimen democrático debe ser generoso con todos quienes quieran cobijarse bajo su imperio. Pero **la bandera del exilio no debe servir para encubrir por igual a quienes merecen amparo y a quienes tanto hicieron para abatir la democracia.** (*La Nación*, 26/01/1984 – grifos meus)

Reproduzimos grande parte do texto já que ele demonstra, de maneira clara, o pensamento do matutino a respeito de quem eram verdadeiramente os exilados, e quais tipos de recepção deveriam ter. Apesar de valorizar o gesto de Alfonsín, o editorial reafirmou que nem todos os que deixaram o país deviam encontrar lugar na Argentina democrática.

Aqueles que saíram em busca de melhores condições de vida, trabalho e emprego eram valorizados – apesar de afirmar-se a dificuldade em trazê-los de volta; e era papel do governo evitar que bons profissionais e estudantes continuassem a deixar o país.

Os outros dois grupos teriam saído do país por conta da repressão. Dentre esses, os que se foram por falta de oportunidades de trabalho e crescimento devido às políticas militares ou à perseguição de suas ideias deveriam ser acolhidos de braços abertos, e nenhuma atitude em prol de seu retorno poderia ser criticada.

Contudo, aqueles que deixaram o país por fazer parte dos grupos guerrilheiros subversivos derrotados não eram vítimas da repressão, mas responsáveis pela violência. Seu exílio, segundo o jornal, não representou dor, pois foram acolhidos por governos e correligionários; e seu retorno seria um abalo à democracia, já que eram incapazes de respeitar as leis. Esses exilados em nada contribuiriam com a nova Argentina, e era preciso mantê-los afastados da vida nacional.

Nesse editorial, o *La Nación* sintetizou opiniões que já vinha apresentando em diversas oportunidades. Ao fazer uma tipologia, confirmou ao seu leitor que muitos daqueles que apregoavam para si o “título” de exilados não eram confiáveis. A criação de “tipos de desterrados” mantém o caráter “subversivo” ligado ao exílio, mesmo que já não o generalize mais.

A diferenciação entre os milhares de argentinos que viviam no exterior também não foi ignorada pelo *Clarín*. O editorial “*Argentinos en el mundo*” debatia a mesma situação, apenas partindo de outra perspectiva:

Más allá de la laudable intención y de la inevitable sencillez de la formulación burocrática del problema [de los argentinos que viven en el exterior], es conveniente asumir en toda su magnitud y con sus verdaderos contenidos el **macizo éxodo que desde hace muchos años ha significado una considerable sangría de la población activa del país.** (...)

(...) **Aparte de los exiliados políticos en sentido estricto y de tantos ciudadanos que se han alejado en los años recientes por temor, prudencia o desesperanza, existe una gran masa de verdaderos emigrantes por la motivaciones básicas de todo fenómeno migratorio moderno: la falta de posibilidades económicas y sociales en su país de origen.**

(...) En la mayor parte de los casos se trata de grupos familiares completos, con progenitores que en el momento del traslado contaban con 20 a 40 años e hijos menores de edad, con mayor o menor fortuna, esas familias se han instalado en los países de adopción y reconstruido su inserción social (...)

La brevedad del plazo en que se ha producido tal fenómeno de reversión refleja dramáticamente nuestra declinación nacional. Por ello, la afirmación del alto funcionario de que se tratará de que los que no puedan volver no se marginen de los reclamos del país (...) cubre solo una parte de la cuestión.

A los que se han ido por falta de oportunidades, sólo se los podrá responder a la larga con el ofrecimiento de nuevas y reales posibilidades en nuestro país. Mientras tanto, y hay que reconocerlo con crudo realismo, la vida ha seguido, y fuertes lazos económicos y personales atan nuestros emigrantes a su nuevo contexto. Los hijos han dejado de ser en tantos casos menores “transportables”, para convertirse en adolescentes que estudian, trabajan, se relacionan y proyectan sus vidas en el nuevo medio, cada vez más distanciados de la lejana patria de sus padres.

(...) Tenemos ya así una Argentina de “ultramar”, un mosaico fragmentado de pequeñas argentinas, con las que habrá de establecer relaciones humanas y culturales para las cuales no estábamos preparados. (...) Enfrentar este problema es impostergable, pero lo es más aún el **tratar de que la raíces del fenómeno sean extirpadas** para que cese el drenaje de hombres y mujeres útiles, con ganas de construir un futuro digno. Eso es la verdadera dimensión del desafío. (*Clarín*, 03/02/1984 – grifos meus)

Já no título, percebemos uma diferença de abordagem: se no *La Nación* todos aqueles que deixaram o país – seja por motivos estritamente econômicos ou por questões políticas – são chamados de exilados; já o *Clarín* fala em “argentinos pelo mundo”. Assim, no jornal dos Nobre, houve uma diferença entre os que saíram do país em busca de melhores oportunidades – ou seja, por escolha – e os que fizeram devido à perseguição estatal. E foi nesse segundo grupo que o periódico concentrou seu debate.

Segundo o *Clarín*, para os que deixaram o país por medo da repressão, o retorno à vida democrática seria a melhor resposta. Contudo, para aqueles que saíram em busca de oportunidades, somente a estabilidade financeira alcançada em longo prazo seria capaz de fazê-los voltar.

O jornal ainda afirmou que, mesmo que todos os procedimentos sejam realizados, o retorno dos argentinos espalhados pelo mundo incluía mais do que simples vontade. Essas pessoas integraram-se às novas sociedades, criando laços sociais, trabalhistas e familiares, tornando a decisão de voltar mais complicada do que muitos gostariam de encarar.

Todavia, a grande preocupação do editorial foi com a manutenção das causas que levavam os argentinos ao exterior. Segundo o jornal, não bastava que o governo oferecesse benefícios para o retorno; seria preciso identificar as causas da emigração e tratar de erradicá-las, permitindo que os argentinos pudessem, enfim, colaborar na construção e desenvolvimento do país. Sem identificar diretamente os ex-guerrilheiros que viviam no exterior, o jornal não via nenhum malefício no retorno dos que deixaram o país nos últimos anos.

Se o *Clarín* não especificava suas ressalvas com o retorno dos exilados em seu editorial, esse desconforto era estampado também na sessão de cartas de leitores do *La Nación*. Publicada em 14/05/1984, a carta de Juan Santiago Candiotti demonstrou sua preocupação com a utilização do “título” de exilado por pessoas que não o deveriam usar:

Permanentemente tenemos conocimiento de todos los ‘exiliados’ que, por una u otra razón han debido dejar nuestro país para desarrollar en libertad y huir de la despiadada persecución de que fueron objeto especialmente periodistas y artistas. Al respecto debo manifestar que **sólo conociendo el curriculum personal de cada uno podremos valorar estos héroes.** (*La Nación*, 14/05/984 – grifo meu)

Para o leitor, a sociedade deveria atentar-se aos que se diziam exilados, afirmando que somente o conhecimento do “currículo pessoal” de cada um poderia dizer se estes se tratavam de heróis que lutaram contra o regime, ou de pessoas que buscavam vantagens ao passar-se por vítimas.

A reincorporação de docentes que perderam seus cargos por motivos ideológicos e políticos, anunciada por Alfonsín em abril de 1984, deu outra oportunidade ao jornal dos Mitre de enfatizar que a categoria de “vítima” não podia ser estendida a todos. Em editorial, afirmou:

Dejando de lado la presumible heterogeneidad del repertorio de casos y de situaciones que están vinculados con estos episodios es evidente que la decisión adoptada por la Municipalidad propende a lograr la superación de circunstancias que dejaron en la vida argentina huellas y heridas que es necesario tratar de cicatrizar.

Reconocer esa realidad no significa, de ninguna manera, ignorar ni olvidar que en una época no lejana **se registraron en los ambientes educativos de nuestro país actitudes y hechos que constituyeron una amenaza efectiva para la subsistencia de las instituciones democráticas y de las expresiones fundamentales de la tradición cultural argentina.** No es posible borrar de la memoria los signos de la infiltración ideológica que se advirtieron en los distintos niveles de la enseñanza en los años que siguieron a 1970 y los agresivos intentos de catequización que ciertas tendencias totalitarias – cuyas coincidencias con los sectores de la subversión no es difícil descubrir – pretendieron llevar adelante no sólo en las aulas universitarias sino también en las de los niveles restantes del sistema educativo.

Así como es imprescindible restañar las heridas y enmendar las injusticias que el autoritarismo o el ejercicio arbitrario del poder hicieron posible, **es preciso mantener es espíritu alerta para asegurar que las aulas sean en nuestro país reductos inviolables, cuidadosamente protegidos de influencias o estímulos puestos al servicio de intereses partidarios o de la difusión de ideologías contrarias al espíritu de nuestras instituciones fundamentales.** (*La Nación*, 06/07/1984 – grifos meus)

Mostrando preocupação com a possibilidade do retorno da “subversão” nos meios educacionais, o matutino reafirmou que muitas das pessoas chamadas de vítimas eram, na verdade, causadoras do sofrimento nacional. Nas páginas do *La Nación* a perseguição feita pela ditadura, em muitos casos, não se mostrava injusta, mesmo que tenha sido desproporcional.

Para o jornal dos Mitre a “subversão” era um fato que não podia ser negado, e sua infiltração na Argentina um problema efetivo. A “ação terrorista” havia obrigado à reação das Forças Armadas, que terminaram por levar toda população a um período de terror. A redemocratização deveria trazer a paz, mas isso significava decidir quais personagens seriam aceitos nessa reconstrução.

Aqueles que pegaram em armas, que ajudaram a espalhar a ideologia subversiva, que colaboraram, de qualquer forma, para que a violência da esquerda fosse uma realidade, não podiam ser simplesmente perdoados. Sua presença era nefasta, e nem mesmo o respeito às leis democráticas podiam impor sua aceitação passiva.

No *Clarín*, a publicação do Nunca Más encerrou um doloroso capítulo da história nacional, possibilitando a reconciliação com o passado recente. Se o jornal ainda acompanharia com afínco o *Julgamento das Juntas*, o exilado deixou de ser uma figura de destaque em suas páginas. A Argentina inaugurou uma nova fase, e os exilados ganhavam uma trégua.

Contudo, para o *La Nación*, a discussão permaneceu por mais tempo. A população deveria sempre manter-se vigilante, ter cuidado com aqueles considerados vítimas, pois ninguém poderia afirmar sua inocência ou verdadeiro arrependimento

frente à ideologia subversiva dos últimos anos. A “guerra contra a subversão”, tantas vezes citada pelos militares, não parecia ter-se encerrado nas páginas do *La Nación*.

Todavia, nos meses finais do primeiro ano democrático argentino, ambos periódicos passaram a perceber um novo perigo a rondar a vida nacional: a crise econômica²⁰. Conforme o final de 1984 aproximou-se, as discussões em torno do exílio, da repressão e do passado recente foram sendo abandonadas. A grande preocupação na Argentina não era mais como reparar as violações de direitos humanos, ou como estabelecer um regime democrático forte. Mais do que nunca, a Argentina precisava lidar com outro monstro: a inflação.

BIBLIOGRAFIA.

BLAUSTEIN, Eduardo e ZUBIETA, Martín. *Decíamos Ayer. La prensa argentina bajo el Proceso*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2006.

BORRELLI, Marcelo. “Una ‘batalla ganada’: Clarín y la compra de la papel prensa (1976-1978).” In SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo H. (coord). *Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011, pp. 19-53.

CANELO, Paula, *El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008

FRANCO, Marina. “La “campana antiargentina”: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”. in Babot, Judith Casali de y Grillo, María Victoria (eds.) *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*, Argentina, Universidad de Tucumán, 2002.

_____. *El Exilio. Argentinos em Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

²⁰ “A deterioração das condições socioeconômicas do país e a enorme dívida externa limitaram o âmbito de políticas macroeconômicas possíveis que o governo democrático poderia adotar. ‘Em junho de 1985, a inflação atingia 6.900% ao ano, o PIB declinava rapidamente (o crescimento do setor de produção era 13,2% menor que o do ano anterior), o desemprego aumentara em 30%, os salários reais diminuíram em 20% e o investimento em 15%” - D. Erro, *Resolving the Argentine Paradox: politics and Development, 1966-1992*, Boulder, Colo., Lynne Rienner, 1993, p. 137, citado em RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. *O legado de violações de direitos humanos no cone sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004. pp. 59-60

JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)*. Tese de Doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona. Abril de 2004.

_____. “¿Por qué sigue siendo políticamente incorrecto hablar de exilio? La dificultosa inscripción del exilio en las memorias sobre el pasado reciente argentino (1983-2007)” in *Páginas: Revista digital de la escuela de historia*, Rosario: Universidade Nacional de Rosario, ano 1, nº1, 2008. Disponível em: <http://www.revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/RevPaginas/article/viewFile/1/13>, acessado em 01/05/2014.

MUCHNIK, Daniel. *Aquel periodismo. Política, medios y periodistas en la Argentina (1965-2002)*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do golpe de estado à restauração democrática*. SP: EdUSP, 2007.

RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. *O legado de violações de direitos humanos no cone sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

RUIZ, Fernando J. “El choque de los paradigmas y la muerte del diário La Opinión de Jacobo Timerman. Una historia que continúa” in SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo. *Voces e Silencios. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, pp. 119-152.

SERVETTO, Alicia. “Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista)” in *Antíteses*, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1596>, acessado em 18/03/2014.

SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909-1989*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

VARELA, Mirta. “Los medios de comunicación durante la dictadura: entre la banalidad y la censura” in *Camouflage Comics. Censorship, Comics, Culture and the Arts*. Disponível em: http://www.camouflagecomics.com/pdf/02_varela_es.pdf, acessado em 28/05/2014.

ULANOVSKY, Carlos. *Paren las rotativas. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2ª edição, 2011.

YANKELEVICH, Pablo, “Exilio y Dictadura” in *Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008, pp. 205-231.

_____. *Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2010